

um magnífico exemplo de tentativa do que George Lluppert denominou de “l'idée de l'histoire parfaite.”

Luciara Silveira de Aragão e Frota

Alimentar o Paraná Província

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Alimentar o Paraná Província*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (tese), 232 pp.

Com o subtítulo *A formação da estrutura agroalimentar*, C.R.A. dos Santos desenvolve uma pesquisa que se inscreve no conjunto de reflexões acerca da história da alimentação, vista como um fenômeno a um só tempo cultural, econômico e social.

Para o autor, a ênfase na produção agrícola voltada ao abastecimento da população se constitui, na metade do século XIX, num dos itens mais importantes para o projeto de modernização da província do Paraná, ao lado dos discursos abolicionista e em prol da imigração européia.

Ora, se o projeto de modernização que orienta as elites brasileiras nesse período inspira-se no pensamento liberal cujas principais matrizes provêm da Inglaterra — país onde surge a Economia Política — como entender, indaga-se o autor —, a intervenção estatal no mercado de produtos agrícolas? Para responder a esta questão, C.R.A dos Santos percorre, através dos periódicos existentes à época, as ruas da cidade de Curitiba. Capital da província, a cidade sofre um desenvolvimento significativo devido à expansão do comércio de erva-mate, tanto no plano nacional como no internacional (1850-1860); desse processo, resulta o aumento da produção no meio urbano e, conseqüentemente, o aumento da demanda por alimentos, o que não se faz acompanhar pelo aumento da produção neste setor. Daí a fome, os protestos, as denúncias contra os preços abusivos;

contra bodegueiros e taberneiros, vistos como atravessadores, “responsáveis pela miséria; (...) atravessadores que zombam deste esfaimado povo”.

Como reação a este conjunto de ações populares, tímidas se compararmos com os “arrastões” dos dias atuais, mas suficientes para ameaçar a “ordem” de uma cidade que, em virtude da economia ervateira, passa a receber também as famílias abastadas do campo, as autoridades municipais implementam um conjunto de leis, resoluções, posturas e outros ordenamentos jurídicos para combater a carestia.

Para produtos como o feijão, o milho, a farinha, a carne, o toucinho, o charque e o arroz, determina-se a venda a varejo, diretamente do produtor ao consumidor, três dias por semana, no mercado público, nas casinhas, sob a fiscalização das autoridades municipais. Para tanto, as câmaras nomeiam juízes almotacés, eleitos pelos vereadores para fixar preços, impedir a ação dos atravessadores, exercer fiscalização sobre pesos e medidas e sobre a qualidade dos produtos.

Sobre a relevância dos almotacés, C.R.A dos Santos considera que,

A ação fiscalizadora das câmaras municipais, através da ação dos almotacés, impunha um certo controle sobre o mercado urbano de alimentos, e até certo ponto, a restrição à liberdade do mercado, ainda que tais ações se justificassem em defesa da alimentação do povo. (p. 35)

Ao resgatar este conjunto de regulamentações que poderíamos conceber como os primeiros momentos de uma intervenção estatal no mercado em nível local, C.R.A. dos Santos centraliza suas atenções na ação popular — traduzida em protestos de rua, denúncias na imprensa, reclamos à vereança — entendendo-a como um movimento social capaz de interferir ativamente junto aos poderes oficiais.

Para fundamentar sua argumentação, recorre às reflexões formuladas por Edward P. Thompson, em artigo intitulado *La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII*; como o historiador inglês, C.R.A. dos Santos refuta a idéia de que os motins e protestos ocorridos devido à carestia não são senão crises espasmódicas e ocasionais, *simples respostas a estímulos econômicos*. Ao contrário, *os motins de subsistência são interpretados como uma forma complexa de ação popular direta, mediada culturalmente, disciplinada e com claros objetivos*².

Atento a estas considerações, C.R.A. dos Santos afirma que são estes protestos que conduzem as autoridades públicas a incorporarem em seus discursos e práticas a questão do abastecimento e a condenação aos comerciantes, um problema que, se orientado pela economia política, seria "resolvido" pelo livre jogo do mercado.

Considera ainda que estas reivindicações são assumidas pelas autoridades municipais como um discurso por eles mesmos criado, como se fosse, desde sempre, uma preocupação decorrente e natural do papel que desempenham na esfera pública, donde a propriedade da utilização do *modelo paternalista* definido por Thompson ao se referir às autoridades municipais inglesas.

E o autor vai mais além; afirma que a ênfase na imigração e no estabelecimento de núcleos coloniais voltados à produção alimentar (somente nos arredores de Curitiba criam-se, ao todo, 16 colônias, entre 1875 e 1877, onde são assentados 3.464 agricultores nacionais e estrangeiros), pode ser, em boa medida, uma resposta aos movimentos sociais voltados ao consumo de alimentos.

Sob o impacto do aumento do preço dos alimentos, *que chegou a subir numa proporção de 200% a partir de 1852* (p. 73),

o governo Provincial em consórcio com o governo central decide pela *criação de colônias*, formadas por colonos, tanto nacionais como estrangeiros, *que se dedicassem exclusivamente à agricultura, tentando dessa forma enfrentar, para o futuro, a escassez de gêneros alimentícios*. (Wachowicz, apud Santos, p. 73)

Estes e outros exemplos evidenciam, no decorrer do trabalho, que o Estado, ao interferir no mercado em favor dos consumidores pobres, assume um caráter paternalista, ainda que somente nos períodos de carestia e penúria.

Diante da reação popular nos anos difíceis, o Estado emitiu ou prolongou um cipoal de leis, decretos, regulamentos, posturas e outros, que se na prática não aportaram resultados expressivos, ao menos permitiram criar um efeito simbólico. O Estado como eterno vigilante contra os atentados ao bem comum (p. 207)

Estas são as preocupações que orientam, em linhas gerais, a tese Alimentar o Paraná Província. Somem-se a elas, uma discussão acerca dos efeitos da economia ervateira na reorientação espacial da população paranaense, as relações entre produção camponesa e a grande propriedade voltada à exportação e a convivência entre trabalho escravo e trabalho livre.

Nos comentários aqui formulados, o que nos interessou ressaltar foram as aproximações teóricas estabelecidas pelo autor aos instrumentais de análise de Thompson. De forma criativa (não cedendo ao fácil caminho do mero transplante de modelos), C.R.A. dos Santos afasta-se das correntes interpretativas clássicas, que entendem esse período como uma fase onde praticamente se desconhece qualquer ação das camadas populares, e que a relação senhor/escravo dá conta de explicar todo o movimento (ou ausência de movimento) da sociedade em questão.

Ainda que não se possa afirmar que a tradição cultural das classes trabalhadoras no Brasil fosse a mesma das classes populares inglesas, a qual permitiu a construção de um determinado consenso no tocante a quais práticas eram legítimas ou ilegítimas na fabricação e comercialização do pão³, consideramos que o uso heurístico da noção de economia moral elaborada por Thompson oferece inúmeras possibilidades, como a de pensar os movimentos sociais para além das relações classe/sindicato/partido, ou, do Estado como um instrumento unicamente a serviço das classes dominantes.

Com o trabalho de C.R.A. dos Santos coloca-se, no meu entendimento, entre outras, uma questão que é relevante não apenas para compreender a história social do Paraná no século XIX, mas também os movimentos sociais contemporâneos: são as mobilizações ligadas ao consumo e desvinculadas das organizações políticas formais necessariamente difusas, apolíticas, desprovidas de autoconsciência? Pelo que se depende das conclusões do autor, pode-se afirmar que tais movimentos contribuíram não apenas para desenhar uma das primeiras políticas de abastecimento no Paraná, mas também, para que se introjetasse, entre as camadas populares, a idéia de que a alimentação se integra a um conjunto de atributos que se constituem pressupostos da cidadania. Pressupostos que passado um século de história política, não parecem ainda óbvios ao pensamento liberal tal como ele é estruturado pelas elites brasileiras.

Marionildes Dias Brepohl de Magalhães

Notas

1. E.P. Thompson, *Tradición, revuelta y consciencia de clase* (Barcelona: Critica, 1979), pp. 62-134.
2. *Idem*, p. 65.
3. *Idem*, p. 66.